

Kant

1. (UEM 2012) O filósofo Immanuel Kant (1724-1804) estabelece uma íntima relação entre a liberdade humana e sua capacidade de pensar autonomamente, ao afirmar: “Esclarecimento é a saída do homem da menoridade pela qual é o próprio culpado. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia. [...] É tão cômodo ser menor. Posso um livro que faz as vezes do meu entendimento; um guru espiritual, que faz às vezes de minha consciência; um médico, que decide por mim a dieta etc.; assim não preciso eu mesmo dispensar nenhum esforço. Não preciso necessariamente pensar, se posso apenas pagar.”

(KANT, I. *Resposta à questão: o que é esclarecimento?* In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 407).

A partir do texto de Kant, é correto afirmar que:

- (01) liberdade é não precisar de ninguém para nada.
- (02) riqueza não é sinônimo de liberdade, como pobreza não é sinônimo de escravidão.
- (04) a justificativa para a falta de liberdade é a pouca idade dos seres humanos.
- (08) a liberdade é, primeiramente, liberdade de pensamento.
- (16) a liberdade é resultado de um esforço pessoal incômodo para libertar-se das amarras do pensamento.

2. (UEL 2005) “Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer bom”.

(KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a liberdade em Kant, considere as afirmativas a seguir:

- I. A liberdade, no sentido pleno de autonomia, restringe-se à independência que a vontade humana mantém em relação às leis da natureza.
- II. A liberdade configura-se plenamente quando a vontade humana vincula-se aos preceitos da vontade divina.
- III. É livre aquele que, pela sua vontade, age tanto objetivamente quanto subjetivamente, por princípios que são válidos para todos os seres racionais.
- IV. A liberdade é a capacidade de o sujeito dar a si a sua própria lei, independentemente da causalidade natural.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV

- d) I, II e IV
- e) I, III e IV

3. (UEL 2011) "Na Primeira Secção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant analisa dois conceitos fundamentais de sua teoria moral: o conceito de vontade boa e o de imperativo categórico. Esses dois conceitos traduzem as duas condições básicas do dever: o seu aspecto objetivo, a lei moral, e o seu aspecto subjetivo, o acatamento da lei pela subjetividade livre, como condição necessária e suficiente da ação".

(DUTRA, D. V. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria moral kantiana, é correto afirmar:

- a) A vontade boa, enquanto condição do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei.
- b) O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação.
- c) Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis.
- d) A razão é capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade.
- e) A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e somente por ela suficientemente determinada.

4. (UEL 2003) "O imperativo categórico é, portanto só um único, que é este: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal."

(KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa)

Segundo essa formulação do imperativo categórico por Kant, uma ação é considerada ética quando:

- a) Privilegia os interesses particulares em detrimento de leis que valham universal e necessariamente.
- b) Ajusta os interesses egoístas de uns ao egoísmo dos outros, satisfazendo as exigências individuais de prazer e felicidade.
- c) É determinada pela lei da natureza, que tem como fundamento o princípio de auto-conservação.
- d) Está subordinada à vontade de Deus, que preestabelece o caminho seguro para a ação humana.
- e) A máxima que rege a ação pode ser universalizada, ou seja, quando a ação pode ser praticada por todos, sem prejuízo da humanidade.

5. (Enade 2011) "A estratégia seguida por Kant, no tratamento das questões estéticas, não visa propor uma filosofia do belo ou uma teoria das belas artes, nem fornecer uma descrição das obras de arte e das suas qualidades estéticas. O que ele faz é verdadeiramente o que se poderia chamar uma abordagem fenomenológica, dada sob a forma de uma análise da experiência estética do juízo estético ou juízo de gosto — no intuito de captar, interpretar e compreender o

que nela está envolvido. Esse tipo de abordagem é o que Kant designa por crítica e, por isso, a meditação kantiana sobre os problemas estéticos dá-se como uma crítica do juízo estético ou crítica do gosto. O que é que acontece ou está em causa quando dizemos (ou pensamos para nós próprios), a propósito, por exemplo, de uma flor que encontramos na natureza ou num jardim, que ela é bela?"

(SANTOS, L. R.; SANTOS, L. R. A concepção Kantiana da experiência estética: novidades)

Sobre os juízos de gosto acerca do belo em Kant, é correto afirmar que

- a) A satisfação presente nos juízos sobre o agradável e bom está sintonizada com o belo, uma vez que se trata de juízos desinteressados e livres.
- b) É fundamental, se quisermos saber se algo é belo ou não, que consideremos as características relativas do objeto que originou a experiência estética.
- c) Os juízos de natureza moral, a exemplo da recriminação aos prédios que são feitos para impressionar, são determinantes para que o juízo de gosto seja possível.
- d) O juízo de gosto não é um juízo de conhecimento e, portanto, não é lógico, mas estético, e o fundamento de representação é subjetivo.
- e) Faz-se necessário, para que alguém exerça o papel de juiz em matéria de gosto.

6. (Prova docente do Pedro II 2009) Kant, na "Analítica do belo", na Crítica da faculdade de julgar, compreende o juízo de gosto como faculdade do julgamento do belo. Sobre os conceitos "juízo de gosto" e "belo", pode-se afirmar, respectivamente, que:

- a) É determinado independentemente de todo interesse - apraz universalmente sem conceito.
- b) É determinado independentemente de todo interesse - apraz particularmente através de conceitos.
- c) É constituído pelo interesse no que é agradável - apraz particularmente sem conceito.
- d) É constituído pelo interesse no que é bom - apraz universalmente através de conceitos

Gabarito

1.26 (02+08+16)

2.C

3.A

4.E

5.D

6.A